

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 921.006 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S)	: RECKITT BENCKISER N V
RECTE.(S)	: RECKITT BENCKISER BRASIL LTDA
ADV.(A/S)	: MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA
RECDO.(A/S)	: BOMBRIL S/A
RECDO.(A/S)	: BOMBRIL MERCOSUL S/A
ADV.(A/S)	: MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES
ADV.(A/S)	: LEONARDO ROMEIRO BEZERRA

DECISÃO: A decisão de que se recorre **negou** trânsito a apelo extremo interposto pela parte ora agravante, no qual esta **sustenta** que o Tribunal “*a quo*” **teria** transgredido preceitos inscritos na Constituição da República.

Cumpre ressaltar que a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, **eis** que a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de juízo prévio de legalidade, **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (RTJ 120/912, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – RTJ 132/455, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário, cujo processamento foi **corretamente** denegado na origem.

De outro lado, o acórdão recorrido **decidiu** a controvérsia à luz dos fatos e das provas existentes nos autos, circunstância esta que **obsta** o próprio conhecimento do apelo extremo, em face do que se contém na **Súmula 279** do Supremo Tribunal Federal.

Impõe-se registrar, **no que concerne** à própria controvérsia ora **suscitada**, que o entendimento exposto na **presente** decisão **tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito desta Suprema Corte que versaram matéria **assemelhada** à veiculada no caso em exame

ARE 921006 / SP

(AI 689.685-AgR/PR, Rel. Min. AYRES BRITTO – AI 739.381-AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, v.g.):

“Agravo regimental no agravo de instrumento. Direito Civil. Uso indevido de marca. Concorrência desleal. Ofensa reflexa. Reexame de provas. Impossibilidade. Precedentes.

1. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame da legislação infraconstitucional e das provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 636 e 279/STF.

2. Agravo regimental não provido.”

(AI 773.090-AgR/MG, Rel. Min. DIAS TOFFOLI)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator